



PARECER PRÉVIO Nº 36/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11067/2014.

Apenso: Processo nº 10316/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Alvarães.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Mário Tomás Litaiff (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICOP E DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 634/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Alvarães. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Alvarães, referente ao exercício de 2013, sob responsabilidade do **Sr. Mário Tomás Litaiff**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, I, e do art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 11, II, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002;

10.2. Determinar à Câmara Municipal de Alvarães o cumprimento do art. 127, §§ 5º e 6º da CE/AM, em especial o prazo de 60 dias para julgar o Parecer Prévio deste Tribunal.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Agosto de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e



PARECER PRÉVIO Nº 36/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 36/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11067/2014.**
Apensos: Processo nº 10316/2013.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Alvarães.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Mário Tomás Litaiff (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP E DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 634/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Alvarães. Exercício de 2013.

Irregularidade. Revelia. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** as contas da Prefeitura Municipal de Alvarães, referente ao exercício de 2013, tendo como responsável, à época **o Sr. Mário Tomás Litaiff**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, c/c o art. 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das inúmeras falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação do Voto;
- 10.2. **Considerar revel** o **Sr. Mário Tomás Litaiff**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, pelo não atendimento da Notificação nº 006/2014-CI/DICAMI, desta Corte de Contas;
- 10.3. **Considerar em Alcance** o **Sr. Mário Tomás Litaiff**, Gestor e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Alvarães, Exercício de 2013, pelas glosas no valor de **R\$ 1.729.170,85** (um milhão, setecentos e vinte e nove mil, cento e setenta reais e oitenta e cinco centavos), por deixar de demonstrar o bom e regular uso do dinheiro público, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, conforme itens 1.29,



ACÓRDÃO Nº 36/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

2.21, 3.26, 4.19, 5.24, 6.21, 7.25, 8.22, 9.22, 10.24, 11.24, 12.21, 13.29, 14.28 e 15.26 da (DICOP) da fundamentação do voto. Fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da condenação na Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Alvarães, com encaminhamento do comprovante de pagamento a esta Corte devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Mário Tomás Litaiff, gestor e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), conforme os termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, conforme itens 1.29, 2.21, 3.26, 4.19, 5.24, 6.21, 7.25, 8.22, 9.22, 10.24, 11.24, 12.21, 13.29, 14.28 e 15.26 (DICOP) da fundamentação do voto. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.5. Aplicar Multa ao Sr. Mário Tomás Litaiff, gestor e Ordenador de Despesas, de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme art. 308, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018-TCE/AM por cada mês (**janeiro a dezembro de 2013**) de atraso e não envio dos dados informatizados, totalizando o montante de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), constante no item 1 (DICAMI), da fundamentação do voto. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 36/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.6. Aplicar Multa ao Sr. Mário Tomás Litaiff**, ex-prefeito e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme art. 308, II, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018-TCE/AM **por cada bimestre (6 bimestres)** em que foi **entregue com atraso** o Relatório Resumido de Execução Orçamentária de 2013, totalizando o montante de **R\$ 10.240,80** (dez mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), constante na restrição 14.1 (DICAMI), da fundamentação do voto. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.7. Aplicar Multa ao Sr. Mário Tomás Litaiff**, ex- prefeito e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, das restrições 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14.2, 14.3 e 14.4 apontadas pela DICAMI, na fundamentação do voto, e as restrições 1.1, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.9, 1.10, 1.14, 1.15, 1.18, 1.19, 1.20, 1.21, 1.22, 1.24, 1.26, 1.27, 1.28, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.7, 2.10, 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.16, 2.18, 2.19, 2.20, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.12, 3.15, 3.16, 3.17, 3.18, 3.19, 3.21, 3.23, 3.24, 3.25, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.8, 4.9, 4.10, 4.11, 4.12, 4.14, 4.16, 4.17, 4.18, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8, 5.10, 5.12, 5.13, 5.14, 5.15, 5.16, 5.19, 5.20, 5.21, 5.22, 5.23, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.8, 6.10, 6.11, 6.12, 6.13, 6.16, 6.18, 6.19, 6.20, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6, 7.7, 7.8, 7.9, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.20, 7.21, 7.22, 7.23, 7.24, 8.2, 8.4, 8.5, 8.6, 8.8, 8.9, 8.11, 8.12, 8.13, 8.14, 8.17, 8.19, 8.20, 8.21, 9.2, 9.4, 9.5, 9.6, 9.8, 9.9, 9.11, 9.12, 9.13, 9.14, 9.17, 9.18, 9.19, 9.20, 9.21, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5, 10.6, 10.7, 10.9, 10.10, 10.11, 10.13, 10.14, 10.15, 10.16, 10.17, 10.19, 10.21, 10.22, 10.23, 11.2, 11.3, 11.4, 11.5, 11.6, 11.7, 11.8, 11.10, 11.11, 11.12, 11.13, 11.14, 11.15, 11.16, 11.17, 11.19, 11.21, 11.22, 11.23, 12.2, 12.3, 12.4, 12.5, 12.7, 12.8, 12.10, 12.11, 12.12, 12.13, 12.16, 12.17, 12.18, 12.19, 12.20, 13.2, 13.3, 13.4, 13.5, 13.6, 13.7, 13.8, 13.9, 13.10, 13.12, 13.13, 13.14, 13.18, 13.19, 13.20, 13.21, 13.23, 13.24, 13.25, 13.26, 13.27,



ACÓRDÃO Nº 36/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

13.28, 14.2, 14.4, 14.5, 14.6, 14.7, 14.8, 14.9, 14.10, 14.11, 14.13, 14.14, 14.16, 14.17, 14.18, 14.19, 14.20, 14.23, 14.25, 14.26, 14.27, 15.2, 15.3, 15.4, 15.5, 15.6, 15.7, 15.8, 15.9, 15.10, 15.12, 15.14, 15.15, 15.16, 15.17, 15.18, 15.21, 15.22, 15.23, 15.24 e 15.25 apontadas pela DICOP, na fundamentação do voto. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.8. Recomendar à Prefeitura Municipal de Alvarães que:

10.8.1. Faça tempestivamente a alimentação dos dados e demonstrativos contábeis no sistema desta Corte de Contas, item 1 da fundamentação do Voto;

10.8.2. Utilize os instrumentos de transparência, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei de Acesso à Informação, dando ampla divulgação aos atos da Administração Pública Municipal, item 2 da fundamentação do Voto;

10.8.3. Cumpra com rigor o estabelecido nos artigos 94 a 96 da Lei 4.320/64 que diz respeito a normas pertinentes aos registros e controle de bens patrimoniais, item 5 da fundamentação do Voto;

10.8.4. Atenda na íntegra e tempestivamente todos os preceitos legais estabelecidos na Lei 8.666/93 para as aquisições de materiais e contratações de serviços, itens 8 e 9 da fundamentação do Voto;

10.9. Determinar a Representação ao MPE, de acordo com o inciso XXIV do art. 1º, da Lei n. 2423/96, para, em sendo o caso, adotar as medidas civis e penais cabíveis.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Agosto de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 7

ACÓRDÃO Nº 36/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral